

25.11.65

Uma Simples Sugestão

RUBEM BRAGA

Leio que está quase terminado o IPM sobre o ISEB, quero dizer, o Inquérito Policial Militar sobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, constando o mesmo de 4 mil folhas dactilografadas. Diz a notícia que nos meios militares o ISEB é considerado a «academia brasileira de marxismo».

Ainda não entendi bem quais são os crimes que estão sendo apurados. Tenho a impressão de que estudar problemas brasileiros, mesmo à luz do marxismo, não chega a ser um crime. O marxismo é uma doutrina econômica e filosófica do século passado que trouxe uma importante contribuição ao estudo dos fatos sociais. Devo dizer que não sou marxista; sou apenas um daqueles indivíduos que o general Juraci Magalhães classifica depreciativamente como «os chamados intelectuais de esquerda».

Jamais acompanhei as atividades do ISEB, mas tenho alguns livros que esse Instituto editou. Pelo menos alguns deles são assinados por um conhecido escritor marxista; outros, porém, têm autores que não podem ser classificados assim. O que é visível na orientação geral da editora é a intenção de reformular, repensar os problemas do Brasil, com a ambição talvez de encontrar as bases de uma ideologia de desenvolvimento nacional. Os resultados são discutíveis, mas é impossível ignorar o interesse da leitura de livros como os de Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré, Gilberto Faim, Celso Furtado, Cândido Antônio Mendes de Almeida. Não conheço o coronel Portela, que dirige esse IPM, mas quero crer que seja senhor de uma vasta cultura para se aventurar a julgar dos méritos de trabalhos dessa ordem; mesmo, porém, que o possa fazer, em que artigo de lei enquadrará esses crimes do pensamento? Que juízo fará ele desse excelente livro de Gunnar Myrdal, «Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas» que o ISEB traduziu? Terá sido crime traduzi-lo? Se o li, pequei?

O mais curioso é que, segundo os jornais, o sr. Jânio Quadros está sendo acusado de não ter mandado abrir inquérito sobre o ISEB. Parece que lhe cortou as verbas; mas o inquérito não mandou abrir. Aqui se configura um novo crime do direito «ipeemático»: o que não abrir IPM.

No fundo o mal todo está nessa mania de ler, estudar, escrever; esse negócio de intelectual é sempre maroto. Por que não promover uma grande campanha nacional de alfabetização? Podíamos ter cursos de alfabetização em grau primário, médio (dividido em analfabetos clássicos e analfabetos científicos) e superior, este para formar as classes dirigentes. É uma idéia. Perdão! Essa palavra «idéia» pode parecer suspeita. Digamos: é uma sugestão...

DN. 25.11.65